

# Educação em Alerta



Jornal Sintep/MT - Edição - Setembro de 2018

Eleições 2018

**Vote**  
**consciente**





### EDITORIAL

**O** ano de 2018 nos traz momentos importantes quanto à participação social e a luta por direitos. São 30 anos da Constituição Federal, nominada de Constituição Cidadã. Em meio à essa efervescência, lembra-se que a então AMPE se transformou em Sintep/MT também há 30 anos.

Com muito a comemorar em nível social mais amplo, mas para além de conquistas que a educação teve pós redemocratização, temos de reforçar que nunca, tanto quanto agora, a classe trabalhadora perde-se direitos e em tão pouco tempo! Temos vivenciado uma escalada de retrocessos em nível global, que assola intensamente países do sul, os quais que viveram um período recente de forte resistência às políticas “colonialistas”. Estranhamente, nos deparamos com o avanço da redução de direitos também na Suécia, que no nosso imaginário considera-se um país modelo de bem-estar social.

São continentes distintos, mas o que se tem na atualidade é o predomínio de políticas que impactam negativamente a vida de trabalhadores/as em todo o mundo.

O Brasil, com sua relevância no continente sul americano, e em situação de instabilidade político-econômica, jurídico-institucional, às vésperas de uma das eleições mais importantes de sua história, amarga a piora das condições de vida sentida e expressada pela maioria dos/as brasileiros/as. Em pesquisa Vox Populi/CUT (julho/2018), 70% afirmaram que a vida piorou desde a derrubada do governo federal, legitimamente eleito. Tal afirmação exemplificando-se pelo respaldo no aumento da fome, do desemprego, da informalidade no mundo do trabalho, da desvalorização do salário mínimo (que deveria ser de R\$ 3.636,04, em agosto, segundo o Dieese); pela redução do padrão de consumo das famílias e o aumento do custo de vida; pelo aumento da mortalidade infantil, assim como da população de rua, os altos índices de assassinatos, principalmente de mulheres, feminicídios, etc.

O que mais se ouve para justificar tamanho retrocesso é a crise econômica. Mas o que falar sobre a crise do sistema político? E a crise civilizacional, se assim se concebe, como e em que medida se articula com estas?

São questões que nos dizem respeito. Como incidir na correlação de forças de modo a reverter esse processo que tanto tem prejudicado os/as trabalhadores?

Ao longo de sua história, o SINTEP/MT, nunca fugiu a luta ou



abdicou de seus princípios históricos; e os educadores/as que nele se organizam, não se eximem da responsabilidade de enquanto cidadãos, participarem do processo de escolha de representantes dos/as trabalhadores/as, nos espaços da política institucional. Estamos vivenciando a crueldade das decisões tomadas nas casas legislativas, para a vida das pessoas. Contra-Reforma Trabalhista, Lei da Terceirização e as Políticas Educacionais. A reflexão sobre o voto de cada um nas eleições em outubro também é luta.

Em Mato Grosso com o modelo de desenvolvimento atual, os desafios permanecem!

Continuaremos mobilizados/as como sempre estivemos para enfrentar os retrocessos, e elegemos representantes dos/as trabalhadores/as em espaços institucionais da política. É nos debates, nas atividades de rua que disputamos políticas para atender as demandas da classe trabalhadora. Mas também buscar os espaços da política institucional, onde as concepções de mundo, visão de sociedade de quem está na condição de representante do povo, faz a diferença!

É hora de reforçar a luta pela defesa da educação como direito, pela valorização profissional e por condições de vida dignas à população como sempre fizemos em nossa existência como organização de trabalhadores/as, sobretudo nesses 30 anos em que nos tornamos sindicato.

Em momento oportuno, atentemos às consequências de decisões políticas. Em outubro, não podemos vacilar!!!

## O seu voto é precioso.

- Quando se anula o voto, "vota-se" em quem não se escolheu.

Quando se vota em branco - não há escolha e alguém escolhe por você

O voto consciente é aquele que escolhemos o candidato para defender nossos interesses e lembramos do feito, na próxima eleição

Voto de cabresto é aquele em que o candidato tem a rédea da sua vida e decide em quem você deve votar.



O voto é o seu poder de comando e seu direito de escolher quem o representa  
O político eleito é pago por você para defender seus interesses  
Promover a descrença com a política é interesse da elite que faz isso há décadas



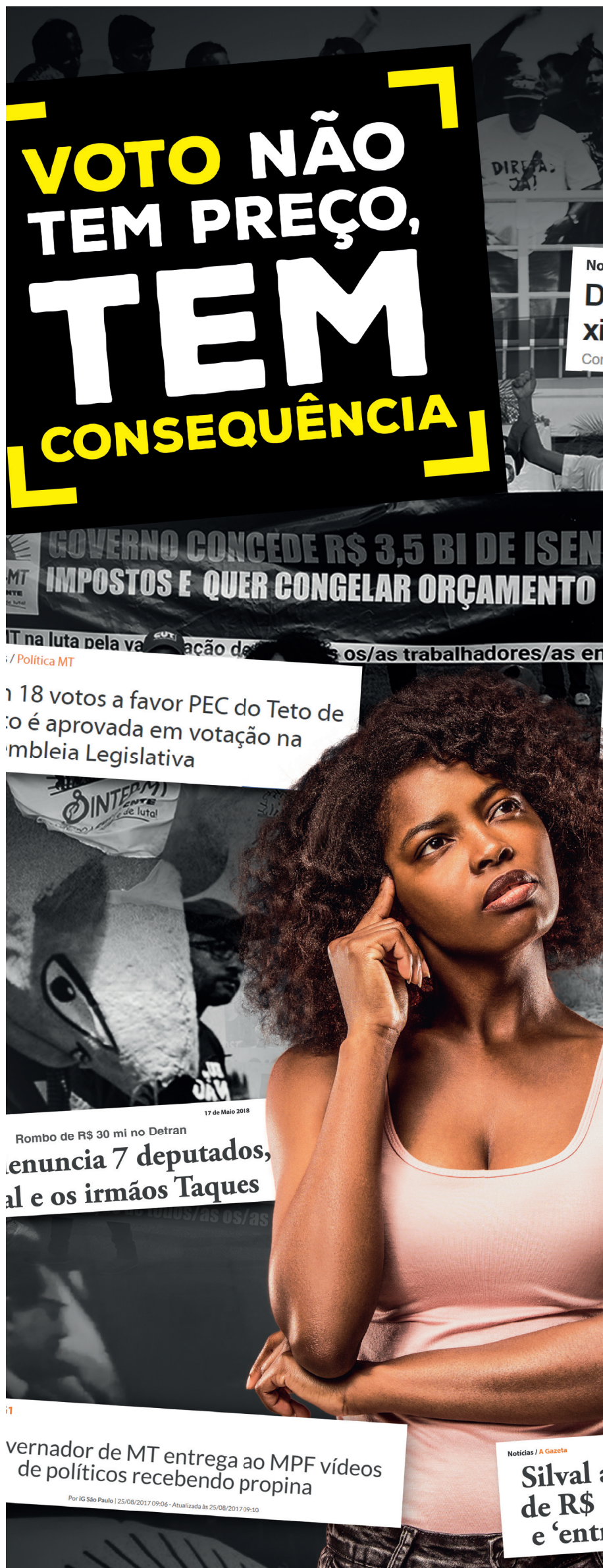
### EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso  
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT  
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327  
Site: [www.sintep.com.br](http://www.sintep.com.br)  
Email: [comunicacao@sintep.org.br](mailto:comunicacao@sintep.org.br)

Presidente: **Jocilene Barboza dos Santos** - Vice-presidente: **Valdeir Pereira**  
Secretário de Comunicação: **Gilmar Soares (Licenciado)** e **Edevaldo José Santos**  
Secretária-geral: **Miriam Ferreira Botelho**  
Revisão: **Maria Luiza Zanirato**  
Edição, redação: **Roseli Riechelmann (MTB 24400)**  
Editoração Eletrônica **Jadson Oliveira**  
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.  
Colaboração: FETEMES



# VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS



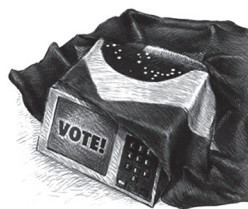
**M**ais da metade do Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal) é de empresários ou representantes das elites. Eles mandam na política e decidem os rumos da vida dos brasileiros, votando projetos que não dizem respeito aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

O fato do Brasil ser um país em que 52% da população são mulheres, e a maioria é negra e classe trabalhadora, não ter representatividade nos parlamentos (Congresso Nacional e Assembleias Legislativas estaduais) tem revelado comprometimento na conquista por direitos. Historicamente foi vetado aos perfis que não se enquadram num padrão econômico e intelectual o espaço de participação. Nossos governantes desde a colonização do país sempre tiveram a mesma característica: brancos, homens, ricos. Mas, essas escolhas têm dado certo?

Nossas opções têm seguido critérios que asseguram à comunidade e a cada um e cada uma, condições dignas de vida: Saúde, Educação, Saneamento, Asfalto, Segurança, Trabalho. A grande maioria da população paga impostos, mas como os governantes estão empregando esses recursos? De que forma a população está sendo beneficiada por aqueles que estão gerenciando os recursos públicos?

Bem essas são algumas perguntas que temos que fazer na escolha daqueles e daquelas a quem vamos delegar a administração de todo o dinheiro do país. Vamos averiguar como os candidatos pretendem aplicar os recursos sociais e quais projetos apresentam para melhorar a qualidade de vida da população. Essa é uma das práticas que podemos aplicar na hora de escolher nossos candidatos/as e depois decidir qual deles nos representa.

Voto não tem preço, tem consequências. Precisamos que você trabalhador e trabalhadora tenha consciência de suas escolhas. Faz tempo que nosso voto tem sido dado com foco no NOVO, nos RICOS, nos EMPRESÁRIOS, nas PERSONALIDADES DA TEVÊ, em forma de PROTESTO, mas pouco em alguém como nós TRABALHADOR ou TRABALHADORA, a mulher é muito pouco representada. Temos que virar esse jogo!



## AVALIE NOS CANDIDATOS

- ✓ HISTÓRICO PESSOAL
- ✓ HISTÓRICO POLÍTICO
- ✓ BUSQUE AFINIDADE NOS PROJETOS
- ✓ CONHEÇA O HISTÓRICO DO PARTIDO DO CANDIDATO
- ✓ CONHEÇA AS PROPOSTAS. ESTAS REPRESENTAM VOCÊ?



# Queremos mais Educação de qualidade! Diga não ao retrocesso!

*Mais do que nunca, precisamos eleger quem defenda a Educação e os direitos dos(as) trabalhadores(as). Se não elegermos candidatos comprometidos com nossas lutas, corremos o risco de perder nossos direitos historicamente conquistados.*

## PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO

### CONQUISTAS

BR - Lei 11738/2008 - regulamenta o piso salarial profissional nacional  
MT - LC 050/98 – Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (LOPEB).

### RETROCESSOS

A Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e Emendas Constitucionais (LC nº 95 – Federal; e EC nº 81 - Estadual) desmontarão as conquistas de Concurso Público e colocam a livre negociação com pre-suposto para negociação salarial com os empresários. Regredindo ao período em que o parâmetro era o salário mínimo

## ENSINO OBRIGATÓRIO

### CONQUISTAS

Emenda Constitucional nº 59 /2010 – Estabelece o Ensino Obrigatório dos 4 aos 17 anos e amplia recursos federais. Somada a LEI Nº 11.494/2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, assegura os recursos para todas as etapas da Educação Básica. Plano Nacional da Educação (2014) perspectiva da implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que avalia quanto custa cada etapa da Educação Básica

### RETROCESSOS

Regredir a Educação Pública e Gratuita ao período da República Velha no Brasil, quando só estudavam aqueles que podiam pagar. Com a Reforma do Ensino Médio e a própria construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Ensino Fundamental, a proposta é ofertar uma formação para o mercado, sem perspectiva de proporcionar o ingresso no curso superior.

## FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

### CONQUISTAS

A criação da Rede Nacional de Formação Docente (2004) integrada pelas instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais; em 2009 foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores e o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, e em 2015 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada, com o objetivo de promover a formação inicial de professores que ainda não possuíam a formação superior (primeira licenciatura), ou professores já formados, mas que lecionavam em outra área, e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de complementação para o exercício do magistério, em regime de colaboração entre União, estados e municípios.

### RETROCESSOS

Recentemente, o MEC criou o Programa de Residência Pedagógica (PRP). O objetivo é submeter os programas de formação de professores à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC); implementa uma visão reducionista da formação de professores(as); visa formar professores para uma docência reprodutivista; tenta ditar “regras” para as Instituições de Ensino Superior (IES) para a formação de professores(as); fere a autonomia universitária porque desconsidera os seus projetos pedagógicos próprios, e regionais.

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

### CONQUISTAS

Em 2002, o Brasil investiu 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação. Em 2013, o país investiu cerca de 6,2% do PIB na Educação. Desde 2009, todos os estudantes do nível básico (da creche ao ensino médio) têm direito à merenda, ao livro didático e ao transporte escolar na zona rural.  
Em 2014, foi aprovado o PNE, cuja meta 20, prevê a aplicação de 7% do PIB até o ano de 2019 e 10% do PIB até 2024.

### RETROCESSO

A aprovação da Emenda Constitucional – EC nº 95/ 2016 significará a redução dos atuais percentuais aplicados no financiamento da Educação. O PIB já foi reduzido em 1%. Somado a venda do Pré-Sal e com a desvinculação dos royalties do Petróleo para a Educação, a meta 20 do PNE está distante de se consolidar. Com a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023 e sua ampliação de 20% para 30% do orçamento social, reduzirá valores da Educação.

## FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

### CONQUISTAS

Até 2004, o Estado brasileiro não reconhecia os mais de 1 milhão de trabalhadores escolares que atuam nas cozinhas, portarias, secretarias, limpeza e em atividades de infraestrutura escolar. Na época se implantou a política de valorização por meio da Formação para Funcionários de escolas (Proffuncionário), nascida na década de 90 em MT. Em agosto de 2009 a Lei número 12.014, alterou o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inserido funcionários na carreira dos profissionais da educação. O que já ocorria em MT desde 1998. A medida assegurou o enquadramento desses profissionais na carreira da Educação.

### RETROCESSOS

Políticas que se fundamentam na mercantilização da educação e na privatização dos serviços públicos (Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista), têm-se apresentado como soluções mágicas para os problemas da educação e consistem atualmente, na retirada de direitos constitucionais dos trabalhadores da Educação (Formação específica, carreira unificada, piso salarial e Concurso Público).



# CONQUISTAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO

Os 53 anos de história de luta dos Profissionais da Educação de Mato Grosso e os 30 anos, comemorados em outubro de 2018, da instituição como sindicato registram uma caminhada de persistência que somaram conquistas históricas que mudaram o cenário da educação pública mato-grossense e serviram de modelo para políticas nacionais.

A conquista da Gestão Democrática nas escolas, criada por meio da Lei 7040/98, com a garantia da eleição direta para Diretores e Conselhos Deliberativos, autonomia da gestão política e financeira da escola, definida coletivamente no seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

A inclusão dos funcionários da escola no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica com oferta de cursos técnicos em nível médio pelo Programa de Profissionalização dos funcionários de Escola (Arara azul/Profucionário) para enquadramento na Lei de Carreira;

A aprovação da Lei Complementar 049/98 – que instituiu o Sistema Estadual de Ensino para o Estado de Mato Grosso com espaços democráticos para decidir sobre as políticas educacionais e as condições estratégicas para o oferecimento da educação pública, bem como a forma de constituição do Sistema Único da Educação Pública Básica no Estado;

A paridade Salarial e tratamento igual entre os profissionais da educação ativos e aposentados. Avanço na valorização profissional nas redes municipais pelas condições de piso, carreira e jornada e inclusão dos/as funcionários/as da educação nos planos de carreira e nas condições de atendimento à demanda escolar;

A aprovação da Lei Complementar 050/98 (LOPEB) que unificou a Carreira, o Piso Salarial e a jornada de trabalho na educação (30 horas) e garantiu 1/3 da jornada do professor para hora atividade, destinado à preparação, à avaliação pessoal e coletiva do processo ensino aprendizagem, bem como a formação continuada dos profissionais;

Recentemente, **Lei Complementar 510/2013** que instituiu a política de dobra do poder de compra dos salários para todos os profissionais da educação básica pública estadual de MT, avançando para o alcance da meta 17 do PNE e a retomada das horas atividade para professores Interinos e Novo Concurso Público.



## Nossas lutas, nossas conquistas pelo Brasil

### Emenda Constitucional n.º 53, de 19/12/2006

Ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos. Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios para aplicação exclusiva na educação básica.

### Lei n.º 12.014, de 6/8/2009

Amplia e atualiza o conceito de profissionais da Educação, incluindo os funcionários de escola na categoria, mediante habilitação específica. Com isso, as redes de ensino devem assegurar os programas de formação inicial e em serviço (de nível técnico e superior) necessários à profissionalização dos trabalhadores, bem como incorporá-los plenamente aos seus planos de carreira.

### Lei n.º 12.858, de 9/9/2013

Destina 75% dos royalties do petróleo para a Educação. Os royalties são tributos pagos ao governo federal pelas empresas que exploram petróleo, como compensação por possíveis danos ambientais causados pela extração.

### Lei n.º 11.738, de 16/7/2008

Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais.

### Emenda Constitucional n.º 59, de 11/11/2009

Ampliação da obrigatoriedade da educação de 6 aos 14 anos de idade, para dos 4 aos 17 anos. Fim da incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o dinheiro do governo federal destinado à Educação, permitindo repor ao orçamento do MEC R\$ 10 bilhões por ano.

### Lei n.º 13.005, de 25/6/2014

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem, entre suas metas, ampliar o investimento público em Educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).



# CONSTITUIÇÕES

**1824** – Com a independência do Brasil em 1822 foi convocada a Assembleia Constituinte que elaborou as primeiras legislação eleitoral

**1889** – A nova Constituição Republicana determina voto apenas para homens ricos menores de 21 anos.

**1932** - Novo Código eleitoral cria a Justiça Eleitoral e é assegurada as Mulheres o direito ao voto. E o voto é secreto.

**1934** - Nessa data a Constituição estabelece as eleições estaduais e municipais, considerou os partidos políticos e instituiu o voto feminino, o voto secreto e o direito a maiores de 18 anos votarem

**1988** - Constituição Cidadã – estabelece o voto direto, e facultativo para maiores de 70 anos, jovens de 16 a 18 anos e para analfabetos



No período de ditaduras, como o **Estado Novo** (1937 a 1945) ou na ditadura militar (1964 a 1985), são suspensas as eleições diretas e as opções de escolhas eram determinadas pelo governo com o poder.



1821 os eleitores livres. Diferentemente de outras épocas da história do Brasil, os analfabetos também podiam votar. Os partidos políticos não existiam e o voto não era secreto (seguiam preceitos de Leis Espanholas)



**1532** – 1ª eleição no Brasil – local, município de São Vicente (SP). Votavam apenas homens livres (1/3) e de forma indireta e seguiam Leis Portuguesas

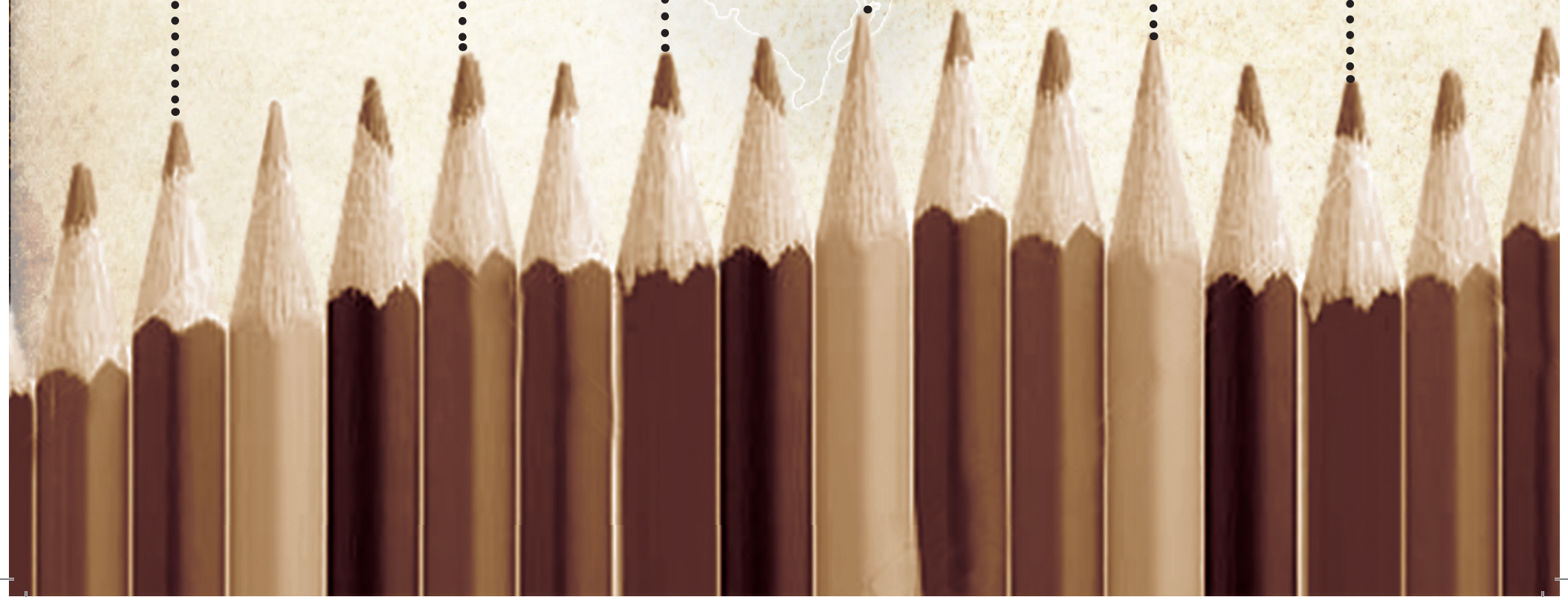
**1821** – Primeira eleição no Brasil Império – para escolha de deputados em Lisboa. Votavam apenas homens, maiores de 25 anos.

**1881** – Criase o título de eleitor e o uso é obrigatório na eleição. Os analfabetos perdem o direito ao voto e as mulheres não votavam.

**1891** - O voto direto para presidente e vice-presidente apareceu pela primeira vez na Constituição Republicana e em 1891, Prudente de Moraes foi o primeiro a ser eleito dessa forma

**1937** – Estado Novo revoga o Código Eleitoral as eleições livres são suspensas entra em vigor eleições indiretas com mandatos de 6 anos para presidente

**1945** – Retomada do Estado Democrático e as eleições voltam a ser livres.





# HISTÓRICO das ELEIÇÕES Gerais no BRASIL

Durante o período militar se deu o bipartidarismo. De um lado o MDB (tido como progressista por reunir políticos com defesas sociais) e a Arena (elitista, com defesa dos



Pacote de Abril

interesses ruralistas, empresarias). Nesse período surge o termo senadores "biônicos", por estes serem escolhidos através de manobras que favoreceram o partido elitista com maior número de cadeiras no Congresso Nacional.

**Depois de 1989** o Brasil realizou 6 eleições, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014.

E realizará novas eleições 07 de outubro 2018

**1985** - O primeiro presidente civil após o Golpe de 64 foi eleito:

Tancredo Neves. Apesar de indireta, marca o fim do Regime Militar e o início da redemocratização do País. Emenda Constitucional restabelece as eleições diretas. Concede voto a maiores de 16 anos e analfabetos

**1989** - Após 29 anos o Brasil elege o presidente pelo voto direto



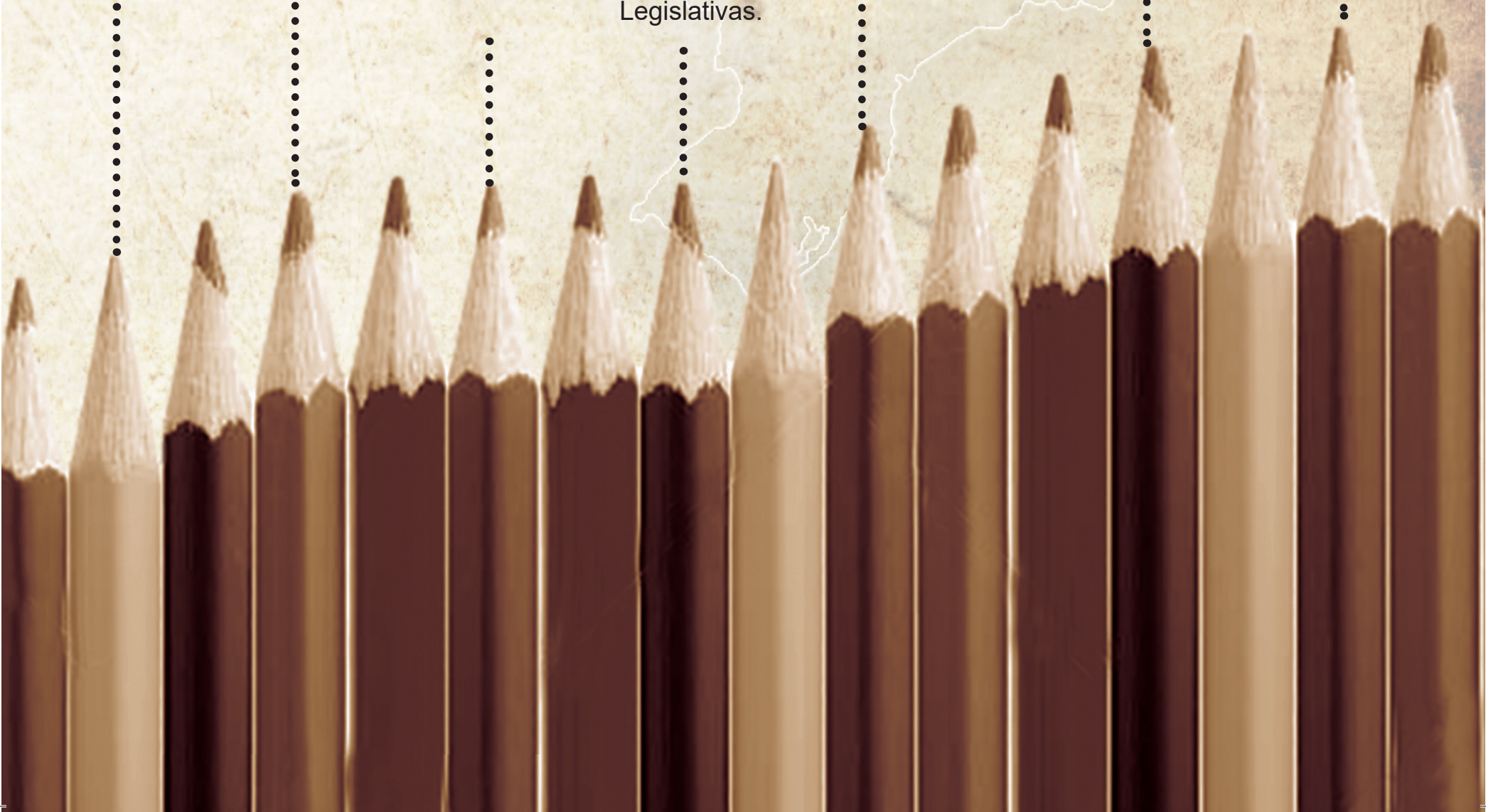
1984 - Campanha Nacional por Eleições Diretas

**1964** - Golpe Militar proíbe as escolhas de presidente, vice-presidente e cargos majoritários, apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos nas urnas.

**1968** - Ato Institucional nº 5 fecha Congresso e os parlamentares eleitos são cassados

**1972** - São restauradas as eleições para senadores e prefeitos (só não das Capitais)

**1978** - O chamado pacote de Abril determina a eleição apenas de dois senadores (e não mais três senadores por estado), um escolhido diretamente (nas urnas) e outro indiretamente pelas Assembleias Legislativas.





# O PESO DO VOTO NA ESCOLHA ESTADUAL



Os projetos nacionais repercutem na esfera estadual. É preciso ficar atento, mais uma vez, na escolha daqueles que representarão os trabalhadores e trabalhadoras, em especial os da educação. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso tem a maioria dos parlamentares denunciada por conduta suspeita. E pelas leis aprovadas no atual mandato, confirma-se que estes ignoram as demandas sociais.

Aprovaram o corte de investimentos sociais pelos próximos cinco anos (EC nº81) é um golpe no direito à Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública. A partir do corte de recursos os serviços públicos estarão comprometidos. Para a Educação, não serão apenas os servidores que terão ameaçada a Revisão Salarial Anual (RGA), mas também as leis de carreira.



Os deputados desrespeitam a população e os direitos dos/das trabalhadores/as votando em leis que favorecem os grandes empresários do agronegócio, e ainda afrontam a sociedade, com ataques e cenas grotescas como o ocorrido numa das sessões plenárias. (imagem do deputado estadual Gilmar Fabris em gesto obsceno para os servidores)

Na Assembleia a maioria dos parlamentares governistas, apoiam o executivo estadual, e pouco representam a classe trabalhadora. A contradição é que as leis aprovadas por esses legisladores impactam diretamente na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. A classe trabalhadora tem longa história apenas

contribuído com recursos e/ou impostos e, muito pouco tem, se beneficiado quando se trata de Educação, Saúde e Segurança Pública.

A relação independente e harmônica entre os poderes - executivo e legislativo - não estão, a partir dos escândalos e investigações publicizadas, tão idôneas como deveriam. As denúncias e investigações mobilizam as operações dos órgãos de fiscalização como Ministério Público Estadual, Federal ou ainda pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GA-ECO) em operações como Sodoma, Ararath, Bereré e Rêmora, e levou entre outras situações, a exoneração do secretário de estado de Educação, em 2016, no Mato Grosso.

A máquina pública, mantida com os recursos de toda a sociedade deve promover benefícios coletivos para a população do estado. No entanto, historicamente tem sido usada para assegurar o enriquecimento daqueles que a gerenciam.

Os eleitores, a grande maioria desfavorecida dos direitos públicos, precisam assegurar o direito de serem representados, e fazer escolhas conscientes. Quando não as faz, viram vítima do próprio descaso. É um equívoco acreditar que política é para alguns. Todos são políticos quando fazem escolhas. Podem não ser filiados ou simpatizantes de partidos, mas vota é um ato político

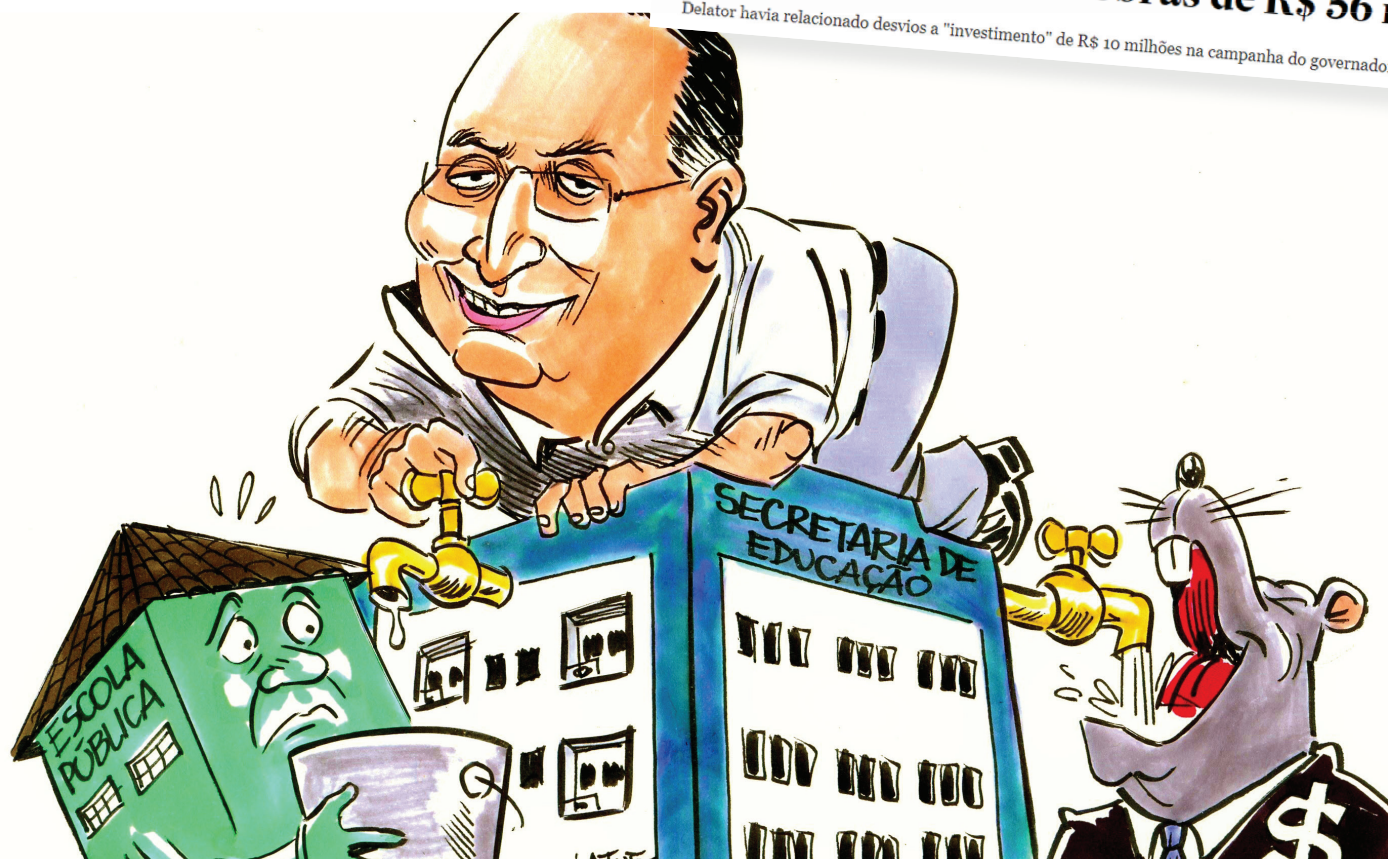
ESTADÃO

Política

broadcast publico

**Ex-secretário de Educação do MT assume ter permitido fraude em obras de R\$ 56 milhões**

Delator havia relacionado desvios a "investimento" de R\$ 10 milhões na campanha do governador Pedro Taques (PSDB)





# SEU VOTO VALE NOSSO FUTURO!

**É** fundamental analisar o discurso dos candidatos no período eleitoral. Quais propostas sociais, aquelas que impactam na sua vida, que são da sociedade. Não adianta só falar que vai trazer mais recursos para o estado e este beneficiarem os 1% mais ricos. É preciso saber de que forma esses recursos virão, onde serão aplicados e quais benefícios refletirão para toda a sociedade.

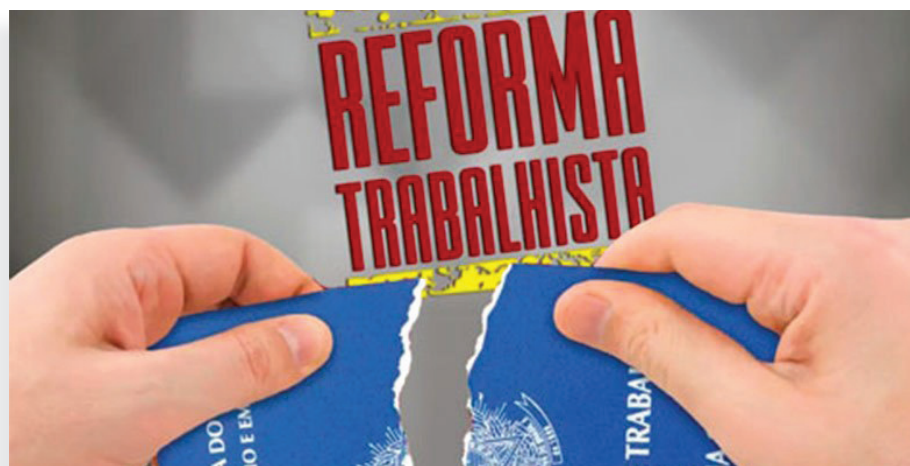
Fique de olho em quem são os candidatos que disputam seu voto. A maioria está na política há anos. E ela nada avançou no país nos últimos meses, muito pelo contrário. Desde 2016 o Congresso Nacional (Senadores + Deputados Federais) apoia o desmonte de direitos da classe trabalhadora. Prática que se repete no cenário estadual dentro da Assembleia Legislativa.

Essa é a nossa oportunidade de afastar aqueles que disseram NÃO aos direitos sociais e aprovaram medidas que comprometem os direitos da classe trabalhadora, como:



Emenda Constitucional nº 95, ou do Teto de Gastos, congelando as despesas por duas décadas. O corte se dará apenas nos gastos referente a investimento público (Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social). O critério de austeridade não atingirá despesas de natureza financeira (juros, dívidas) Exclui inclusive as negociações da cúpula do Judiciário, permitindo aumento salarial.

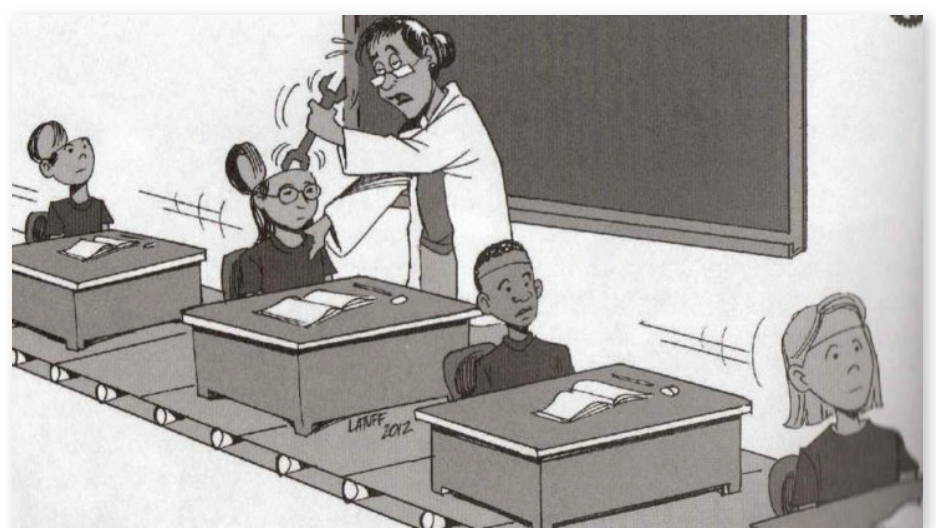
**Nova Lei Trabalhista** – Com ela os empregos com carteira assinada no setor privado cortaram 2,7 milhões de vagas, entre 2015 e 2018. Enquanto isso, o trabalho sem carteira aumentou em 2 milhões.



**Lei da Terceirização** – Reduz o custo do trabalho para quem explora os trabalhadores. Essa é a “livre negociação”: péssimas condições de trabalho, contratos precários. Os terceirizados ganham em média 25% menos, se acidentam 60% mais, e



trabalham 12 horas a mais por mês. A terceirização dobra a rotatividade da mão de obra se comparada ao contratado direto. Com a terceirização adeus Concurso Público, e na linha de frente dos interesses empresariais estão as vagas dos profissionais da educação, em especial docentes. Há um ávido interesse de empresas entrarem nos municípios, trazendo apostilas e vídeos, para substituir os professores.



**Reforma do Ensino Médio, a BNCC e o Escola Sem Partido** - São os ataques frontais a independência intelectual dos estudantes. O objetivo é fazer com que não pensem, enquadrá-los em moldes, que não permitam a formação de uma população crítica, questionadora e com poder de decisão. A precarização do ensino público, com a entrada dos profissionais de notório saber, ou da ‘oportunidade’ dos estudantes de graduação entrarem no mercado, só fortalecerá a terceirização, as privatizações da mão de obra e redução de salários. Finalizando com a baixa qualidade da formação oferecida.

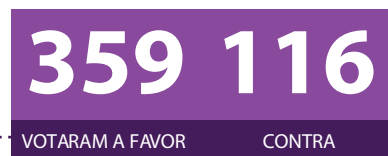


# Voto é coisa séria!

O eleitor é responsável pelo governo e parlamentares que elege.

## Reforma do Ensino Médio

Deputados Federais



Senadores



Reforma garante apenas as disciplinas de Português e Matemática na escola pública.

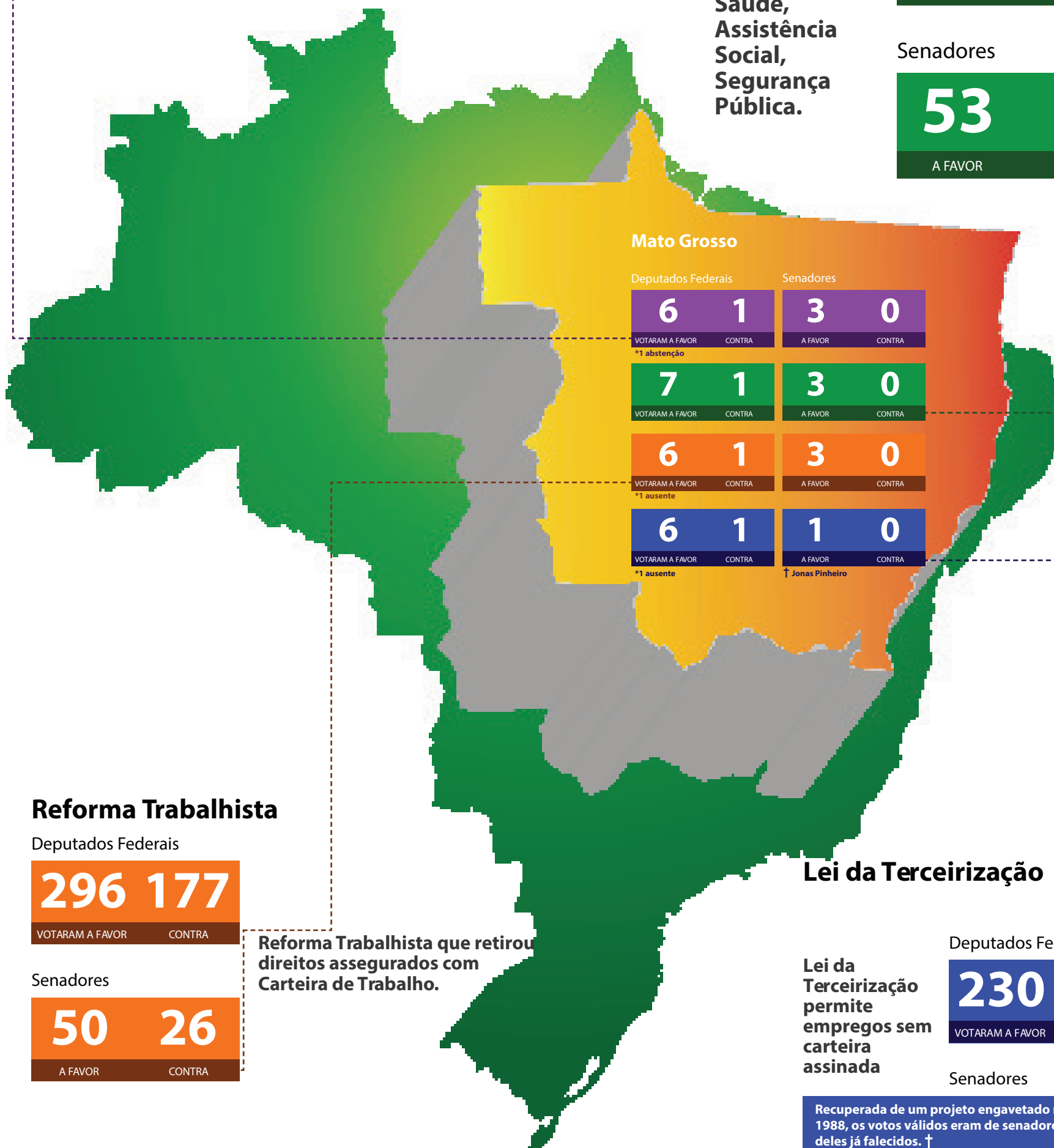
## Emenda Constitucional Nº 95 (Corte de investimentos)

Deputados Federais



Corta recursos da Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública.

Senadores



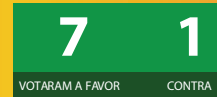
### Mato Grosso

Deputados Federais



\*1 abstenção

Senadores



\*1 ausente



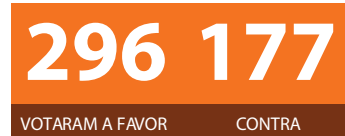
\*1 ausente



† Jonas Pinheiro

## Reforma Trabalhista

Deputados Federais



Senadores



Reforma Trabalhista que retirou direitos assegurados com Carteira de Trabalho.

## Lei da Terceirização

Lei da Terceirização permite empregos sem carteira assinada

Deputados Federais



Senadores

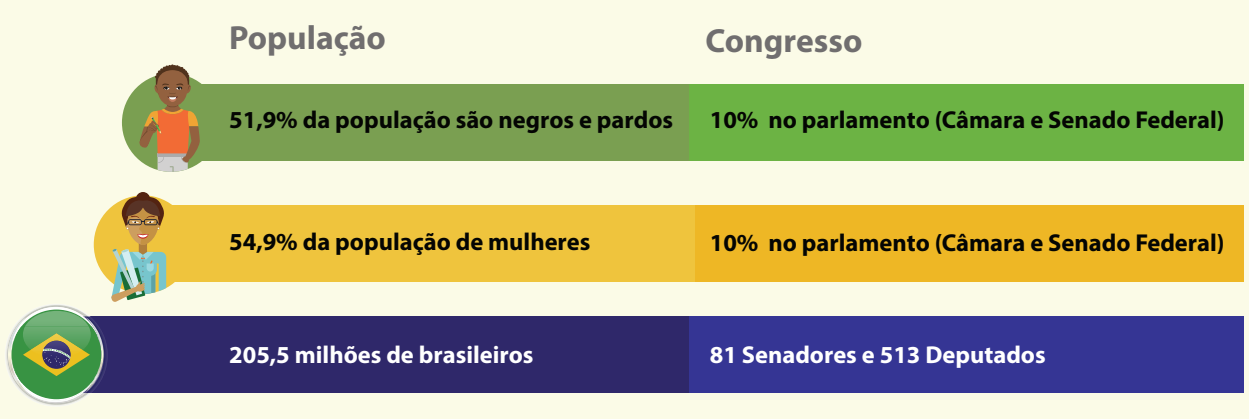
Recuperada de um projeto engavetado no Senado de 1988, os votos válidos eram de senadores da época, 29 deles já falecidos. †



# CENÁRIO POLÍTICO ATUAL QUEM TE REPRESENTA?

**O**s políticos eleitos são a voz da sociedade no poder público, mas quem são eles hoje? Pesquisa divulgada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) revelou que os nossos representantes no Congresso são majoritariamente, homens, brancos, na faixa dos 50 anos de idade, com formação superior, empresários e donos de patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Compõem as chamadas bancadas que fazem a defesa BBB (da bala, do boi e da bíblia). E quem defende você trabalhador?

## Quem te representa no Congresso Nacional



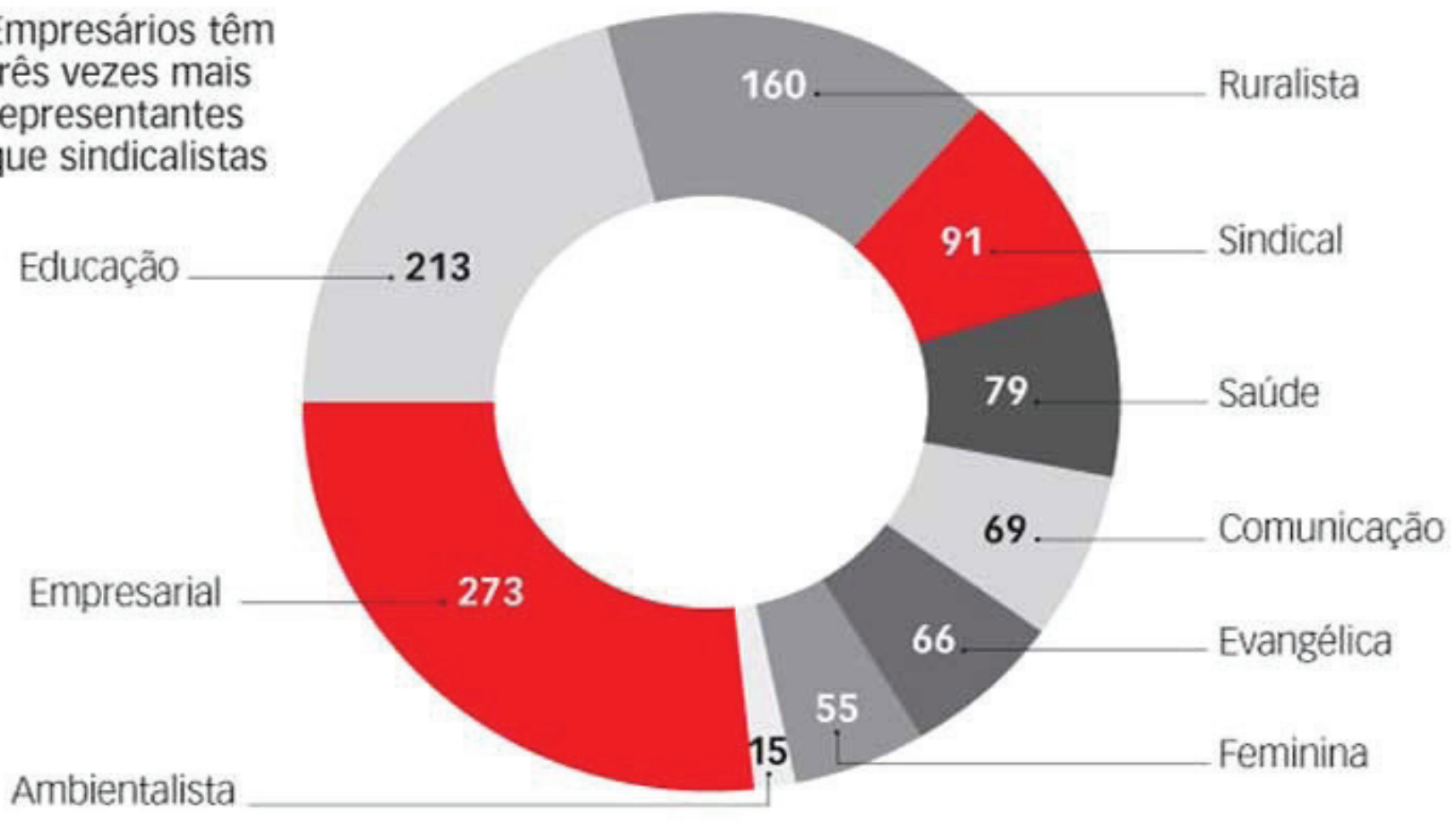
O Brasil é uma democracia representativa. Isso é o que está clara e expressamente disposto no parágrafo único do artigo 1º da Constituição, segundo o qual “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Jurista Dalmo Dallari

**Mas qual a representatividade da classe trabalhadora nesse cenário político?**

## O Congresso por representação

Empresários têm três vezes mais representantes que sindicalistas



Fonte: Diap



VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIA

Notícias / G1

Deputado mostra dedo do meio e xinga grevistas durante sessão em MT

Confronto entre Gilmar Fabris (PSD) e servidores ocorreu nesta terça-feira.

GOVERNO CONCEDE R\$ 3,5 BI DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS E QUER CONGELAR ORÇAMENTO PÚBLICO

SINTEP/MT na luta pela valorização dos/as trabalhadores/as em Educação

Notícias / Política MT

Com 18 votos a favor PEC do Teto de Gasto é aprovada em votação na Assembleia Legislativa

Notícias / G1

TCE apura denúncia de desvio de R\$ 300 milhões do Fundeb em MT

Denúncia foi protocolada no órgão por deputado estadual contra a Seduc e o governador Pedro

Notícias / A Gazeta

Rombo de R\$ 30 mi no Detran

MP denuncia 7 deputados, Silval e os irmãos Taques

Notícias / Estadão

Ex-secretário de Educação do MT assume ter permitido fraude em obras de R\$ 56 milhões

Delator havia relacionado desvios a "investimento" de R\$ 10 milhões na campanha do governador Pedro Taques (PSDB)

Notícias / G1

Ex-governador de MT entrega ao MPF vídeos de políticos recebendo propina

Por IG São Paulo | 25/08/2017 09:06 - Atualizada às 25/08/2017 09:10

Notícias / A Gazeta

Silval assume propina de R\$ 18 mi da Arena e 'entrega' Romoaldo

22 de Agosto 2017

NÃO DESPERDICE SEU VOTO. VOTE CONSCIENTE

Setembro 2018